

Notícias da Habitação

Assessoria de Imprensa • Secretaria Municipal de Habitação • 14 de novembro de 2007 n°24

SEHAB - Habi-Centro recebe Prêmio São Paulo Cidade

Aplaudido com entusiasmo por seus colegas, Alonso Lopez, diretor de Habi-Centro, subiu ao palco do Theatro Municipal para receber do prefeito Gilberto Kassab o troféu Prêmio São Paulo Cidade – Inovação em Gestão Pública, nesta terça-feira (13), em cerimônia de entrega aos oito vencedores do certame, entre 127 inscritos pelas diversas Secretarias Municipais. O Prêmio, criado pela Secretaria Municipal de Gestão, reconhece o mérito das práticas que promovem a melhoria do serviço público. E uma valorização do trabalho dos servidores e um apoio à modernização da administração. SEHAB recebeu o troféu pelo Programa de Cortiços – Reabilitação de Moradia Coletiva, cuja meta é melhorar as condições de habitabilidade das moradias multifamiliares, adequando-os aos padrões da

fiscalização e intervenção para a realização de melhorias as quais são feitas às expensas dos seus proprietários. Desde que iniciou seus trabalhos com o Programa de Cortiços em 2006, a Secretaria de Habitação já operou mudanças significativas na vida dos moradores. Em parceria com a CDHU e com as subprefeituras, nesta fase o Programa tem atuação mais intensa na Sé (onde há 1.138 cortiços) e na Mooca (574). Na Mooca, 158 cortiços se encontram em reforma, o que trará uma vida melhor para 829 famílias. Na Sé, já são 18 imóveis em reforma para beneficiar 99 famílias. Quando necessário, as famílias são encaminhadas para atendimento da CDHU através de Unidades Habitacionais ou Carta de Crédito. Quer ter uma idéia da importância desse Programa? Na Capital existem 23.688 imóveis "encortiçados", onde vivem 160.841 famílias. Além de Habi-Centro, a Superintendência de Habitação Popular também teve seu trabalho reconhecido pelo Prêmio, que o colocou entre os nove selecionados agraciados com Menção Honrosa. Para receber o Certificado pela implantação do sistema HABISP – Sistema de Informações para Habitação: Atualização, Caracterização, Classificação, Elegibilidade e Priorização para Intervenções em Assentamentos Precários no Município de São Paulo subiu ao palco a superintendente de Habitação Popular de Sehab, arquiteta Elisabete França. Trabalho pioneiro, complexo e de grandes proporções, o HABISP é um censo das favelas da Capital. A partir de agora, ele colocará em rede todas as informações necessárias para avaliação de intervenções em favelas pelo poder público, uma contribuição técnica para se estabelecer critérios na abordagem do tema. A Secretaria Municipal de Habitação obteve êxito nos dois trabalhos inscritos. O Prêmio contemplou inovações nas categorias Administrativa e Financeira, Urbana e Ambiental, Social e Econômica.



Prefeitura e ANP debatem fiscalização em postos de gasolina

O prefeito Gilberto Kassab abriu na última quinta-feira (8) o fórum "A Fiscalização do Abastecimento e Suas Parcerias de Sucesso", organizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Durante a apresentação foram apontados alguns dos artificios usados por criminosos para burlar a fiscalização na Cidade, como válvulas reversíveis instaladas em postos e instalação de tubos na boca dos tanques contendo combustível normal, enquanto dentro do tanque fica, na realidade, o combustível adulterado que vai abastecer veículos. A ANP treinou 15 técnicos do Contru para fiscalizarem a qualidade do combustível vendido em postos, em busca de adulterações. Assim, o Departamento municipal agora possui poder para interditar postos que vendam produtos

regularidade de alvarás de aprovação e execução para a instalação e o funcionamento de equipamentos. Cabe às Subprefeituras fazer as emissões de licenças de funcionamento. O Contru fiscaliza estabelecimentos a partir de denúncias e por conta de processos indeferidos. Cada equipe, formada por duplas de fiscais, costuma verificar cinco postos por dia. O órgão dispõe de 53 técnicos para fiscalizar as edificações de toda a Cidade. A relação dos postos vistoriados na força tarefa pode ser encontrada no site da Secretaria Municipal de Habitação, através do link: www.prefeitura.sp.gov.br/habitacao. As denúncias ao Contru podem ser feitas pelos telefones 3241-1818 e 3241-1109, e pelo e-mail: contru@sac.prodam.sp.gov.br. As denúncias relativas a problemas com adulteração de combustíveis também podem ser feitas à ANP em todo o Brasil pelo telefone 0800 970 0267 e pelo site <http://www.anp.gov.br>.



Decreto regulamenta fechamento de vilas e ruas sem saída na cidade

Vila é todo conjunto de lotes destinados exclusivamente à habitação, cujo acesso se dá por meio de uma única via de circulação de veículos, a qual deve articular-se em único ponto com uma única via oficial de circulação existente.

Atualmente na cidade existem cadastradas 1.800 vilas residenciais. A lei que permite o fechamento de vilas ou ruas sem saídas é municipal. O Decreto nº 48.638/07, consolidado em agosto último explica como deve ser o procedimento no caso de fechamento. As vilas devem ter uso estritamente residencial, e as ruas, largura máxima de dez metros. Para aprovar o fechamento, 70% dos donos de imóveis da rua devem estar de acordo com o projeto, que, detalhado, é enviado à subprefeitura. De lá, será encaminhado à Procuradoria Geral do Município e à CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), que avaliará o impacto no trânsito. Após todos os procedimentos, analisados nas conformidades das Leis e Decreto e a devida autorização, os moradores poderão, enfim, prosseguir com o fechamento. O fechamento poderá ser realizado por intermédio de portão, cancela, correntes ou similares, no espaço correspondente ao leito carroçável, devendo ficar aberto, sem qualquer obstáculo, o espaço destinado às calçadas, permitindo-se o livre acesso de pedestres.

Prefeitura fecha Shopping do Pari Polícia Federal e GOE apreendem mercadorias contrabandeadas

A Prefeitura fechou na manhã desta quarta-feira, 14, o Shopping Pari, localizado na rua Vautier, 234. O Shopping estava completamente irregular, sem alvarás de reforma e funcionamento. Mesmo com as obras em andamento, o local mantinha lojas funcionando, o que coloca em risco a vida dos frequentadores. As irregularidades resultaram em multa de R\$ 2,4 milhões. O Prefeito Gilberto Kassab esteve no imóvel durante a operação de fiscalização e ficou indignado com tamanha irregularidade. O prédio ocupa área de 29 mil m² em uma antiga fábrica de biscoitos e não tinham autorização do Corpo de Bombeiros nem registro para operação dos cinco elevadores existentes. Além das irregularidades nas obras e documentação, agentes da Polícia Federal e do Grupo de Operações Especiais da PM, encontraram vários depósitos com mercadorias contrabandeadas. Os Bombeiros arrombaram os depósitos de estavam repletos de camisetas, bolsas e relógios, equipamentos eletrônicos e até mesmo máquinas de falsificar marcas famosas. O local pertence a Law Kin Chong, famoso contrabandista chinês, preso novamente na tarde de hoje. "Nós queremos pessoas de bem em São Paulo, não esse tipo de gente", afirmou o prefeito. "Não é justo que pessoas paguem impostos para que construamos escolas públicas e possamos pagar os professores, e bandidos que trabalhem com pirataria, produtos roubados e contrabandeados ajam às soltas. São Paulo não quer mais o crime, nem produtos piratas nem contrabandeados", disse Kassab. A fiscalização foi realizada em operação conjunta coordenada pelo secretário municipal de Habitação, Orlando de Almeida Filho, e envolveu a Secretaria Municipal de Transportes, Subprefeitura da Mooca, Contru, Polícia Federal, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Civil Metropolitana. "Existem várias irregularidades. A fiscalização constatou que as obras foram iniciadas sem autorização e que não foram apresentados laudos do Corpo de Bombeiros e documentos referentes ao impacto no trânsito na região", explicou o secretário municipal de Habitação. A ordem de interdição foi recebida pelo advogado da empresa. Os responsáveis pelo local queriam abrigar 2 mil lojas no lugar, sendo 400 com 12 m² e 1.600 com 1,5 metro de frente cada uma. Previu-se a circulação diária de 150 ônibus e de cerca de 600 veículos de lojistas. O prédio não dispõe de infra-estrutura para receber essa quantidade de frequentadores e como não tinha documentos referentes à prospecção de pólo gerador de tráfego e nem alvarás o local permanecerá lacrado e interdito. O subprefeito da Mooca, Eduardo Odloak, informou que não há possibilidade do lugar ser autorizado a funcionar, a não ser com decisão judicial. "Nós não apoiamos esse tipo de atividade. A idéia de shoppings populares é interessante, mas não faz sentido tirar o problema da rua e confinar em estabelecimentos que darão continuidade a atividades irregulares", explicou o subprefeito.

